

Aceitar OU morrer

O desaparecimento de tribos inteiras no país foi causado mais por doenças e fome que por conflitos. Em 1930 existiam entre dois a três mil Nambikuara no Vale do Guaporé. Vem a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), no final dos anos 60, causando o extermínio gradativo desse povo através da invasão violenta das fazendas. Como o processo de "desenvolvimento" não pode parar, o asfaltamento da rodovia e a tentativa de construir uma variante dessa estrada no Vale Guaporé representa o tiro de misericórdia para os Nambikuara. É o preço do progresso, que custa sangue e morte.

Numa linguagem mais neutra e vestida com a roupa emprestada da ciência, o Banco Mundial (BM), num estudo recente ("Desenvolvimento Econômico e Populações Tribais, de julho/81), tenta justificar os motivos que o levam a financiar esse tipo de projeto e as suas devastadoras consequências sobre os povos indígenas. O BM prefere salvar a vida das "vítimas" da espoliação do que admitir o fim decretado pelos fazendeiros e seus agentes do Governo.

O Porantim recebeu o livro do World Bank e procura analisar e desmascarar o que está por trás dessa jurada afirmação de que pretende defender os povos indígenas, mas sem abrir mão de financiar os projetos desenvolvimentistas do regime militar. O estudo dessa conversa bonita mas enganadora do Banco Mundial foi realizado por Ricardo Parente e Claire que trabalham no Cimi.

POLÍTICA GERAL

A política geral do BM em matéria de projetos de desenvolvimento influenciando nas populações tribais visa a: 1) Beneficiar os "povos tribais" (expressão do BM). 2) Garantir que eles não serão negativamente afetados pelos projetos de desenvolvimento, preservando os seus direitos, individuais e coletivos, além de valorizar a identidade própria dos povos indígenas. 3) Não impedir o desenvolvimento de áreas atualmente ocupadas por populações tribais.

No último item observa-se que o BM confirma o seu propósito financeiro de garantir o retorno do dinheiro que investe para ajudar os chamados países sub-desenvolvidos a manter a ilusão de que poderão caminhar para a trilha milagrosa do almejado desenvolvimento. Todavia, para não dar a impressão de que deseja também o aniquilamento físico dos povos indígenas, o Banco estabelece algumas condições para garantir a sobrevivência dos índios: maiores esforços têm que ser feitos para obter o consentimento "voluntário, pleno e consciente" dos povos tribais ou de seus advogados (advogados do diabo como a Funai); o planejamento e a estratégia

do projeto devem concordar com as necessidades e desejos desses povos.

O World Bank parte do ponto de vista de que um projeto de desenvolvimento em si é uma coisa boa. Acreditam que as Nações indígenas serão beneficiadas e até desejam o endeusado Desenvolvimento. Neste sentido, nunca é questionado no documento as finalidades políticas de um projeto - porque um projeto, a quem serve. Nunca manifesta a mínima dúvida sobre a indispensabili-



Nambikuara na fazenda Zillo Lorenzetti. Foto Vicent Carelli.

dade dos benefícios que supostamente trariam para as populações indígenas.

Espera-se que as populações indígenas cooperem com o desenvolvimento e levanta-se algumas medidas concretas para ganhar a adesão "voluntária" desses povos. Se os esforços não bastam, o projeto funcionará do mesmo jeito.

ACULTURAR - DESAPARECER

Existe somente duas possibilidades, segundo o BM, reservadas aos povos indígenas: aculturar ou desaparecer. O Banco opta obviamente pela aculturação e se propõe ajudar os governos no processo de aculturação e proteger os povos tribais nas áreas de projetos. Tudo indica que é para evitar prejuízos financeiros muito grandes, como logo se verá.

Roubando a linguagem dos opositores da política indigenista oficial do Brasil, o Banco vai falar dos direitos que tem uma Nação indígena de conservar a própria cultura. Realmente, o Banco Mundial não tem medo das contradições! Tendo em vista que a "aculturação" preconizada pelo Banco é a mesma velha conhecida "integração" apoiada pelo Governo, a oposição "se aculturar ou desaparecer" corre o risco de se transformar na equação "se aculturar é igual a desaparecer".

FUNÇÃO MÁGICA

Apoiado numa respeitável bibliografia e certamente contando com a colaboração de especialistas em ciências sociais, o Banco Mundial analisa bastante objetivamente as causas que conduzem os povos tribais a um fim que parece inexorável. Mas não examina em nenhum lugar a responsabilidade direta ou indireta que ele pode ter no processo de extermínio desses povos. Essa visão "de fora" lhe permite dizer: "A destruição de sociedades mais fracas por ou para os benefícios dos mais fortes, corresponde a uma visão da evolução social que dificilmente se pode justificar legal e moralmente e, que é incompatível com a política em vigor do Banco" (McNamara, 1973).

O BM propõe um intercâmbio entre populações tribais e sociedade envolvente. Esta ganharia com os conhecimentos sócio-econômicos de adaptação ao meio que têm as populações indígenas que, em troca embarcariam na canoa furada do mitológico desenvolvimento. Uma vez mais, o conceito de "progresso e desenvolvimento" assumem uma função mágica, são conceitos que se justificam por si mesmos e são naturalmente benéficos.

Os povos indígenas, enfeitiçados com o "progresso" devem concordar com a invasão das suas terras e o Estado que solicita o empréstimo deve executar medidas eficientes para salvaguardar as populações tribais e suas terras. A mesma mão que apunhala é a que deve salvaguardar. O Banco gosta de teorias sedutoras, mas onde estão as garantias de aplicação?

O documento do BM sugere as seguintes medidas para atenuar os "efeitos destrutivos do desenvolvimento sobre as populações indígenas (até que enfim o Banco reconhece os ditos efeitos): O respeito e a proteção das áreas tribais, dos recursos e do potencial econômico; o suprimento de serviços sociais adequados que considerem as normas tribais específicas; assegurar a integridade cultural dos povos tribais e a preservação de suas culturas no grau que eles mesmos desejam; criar um espaço para dar às sociedades tribais uma voz nas decisões que as atingem.

A única maneira de respeitar essas cláusulas, seria renunciar a qualquer projeto econômico do tamanho dos projetos que o Banco apóia e buscar soluções alternativas ao "desenvolvimento" capitalista. No modelo econômico adotado no Brasil, esses dispositivos são letra morta, condenados ao voluntário esquecimento. A situação dos Nambikuara atesta a impossibilidade de aplicação dessas medidas. Somente a resistência indígena poderá quebrar a força dessa aparente impossibilidade.

PREOCUPAÇÕES FINANCEIRAS

O documento do BM se preocupa em planejar projetos de desenvolvimento da maneira mais apropriada possível, porque: falhas no planejamento de projetos que beneficiariam os mais pobres dos pobres aumentariam a diferença entre as populações nacionais e tribais, podendo chegar até a destruição dessas últimas; os conhecimentos tribais de uso das terras marginais podem contribuir para o benefício geral; os projetos que afetam as populações tribais são vulneráveis; a legislação nacional e internacional têm que ser estudada.

As Nações Indígenas são incentivadas a participar dos "benefícios" dos projetos a fim de evitar que venham a ser a camada sócio-econômica mais baixa da sociedade nacional. A assistência do Banco visa reforçar as capacidades produtivas dos grupos tribais envolvidos de um modo ou de outro na economia nacional-internacionalizada. Seria bom, segundo o BM, aproveitar dos conhecimentos das populações tribais para melhor ocupação das áreas de floresta tropical úmida. Os grupos agro-industriais e os fazendeiros aí implantados se mostraram incapazes de lidar com esse ecossistema. Mas esses conhecimentos só podem ser preservados se a organização tribal for mantida. "A preservação desses grupos significa então uma oportunidade econômica significativa para a nação (...). A exploração apropriada de ecossistemas (...) marginais é sempre mais necessária para as sociedades nacionais e para o mundo inteiro".

As falhas de compreensão dos direitos tradicionais e costumes dos grupos tribais sobre a terra resultam no adiamento da implantação dos projetos: pode ser difícil ou impossível comprar a terra se os índios resistem à invasão fazendeira e desenvolvimentista. Os grupos tribais, depois de um tempo, podem reivindicar os seus territórios originais ou exigir compensação pela perda dessas terras se estas foram adquiridas sem muita preocupação com as leis e hábitos tradicionais do grupo.

Em última análise, levar em conta a cultura indígena, seus costumes e tradições vem a ser uma atitude estratégica inteligente para garantir uma certa segurança na instalação de projetos. Os quais incidem sobre terras indígenas que estão asseguradas a posse pela Constituição do país podendo ser extremamente vulneráveis em caso de processo judicial.

O mesmo BM que está financiando um projeto desenvolvimentista que vai atingir diretamente as aldeias dos Nambikuara é quem conclui, em certa parte do documento, que tribos inteiras de seres humanos não podem ser sacrificadas ao desenvolvimento econômico. "A destruição de qualquer grupo humano existente, por qualquer meio, especialmente quando a sua expressão cultural já demonstrou harmonia com o meio-ambiente, empobrecerá a humanidade inteira". Sem dúvida, um Banco que se propõe "ajudar" os pobres nesse gesto de "ajuda" decreta o empobrecimento da humanidade inscrito na sorte dramática dos Nambikuara.



Os Nambikuara na BR 364. Foto Vicent Carelli.

Pouco ou nada foi feito para salvar os índios

Cerca de 5,2 milhões de hectares foram designados oficialmente como áreas indígenas - demarcadas, delimitadas ou simplesmente interditadas - na região Noroeste: 2,4 milhões de hectares em Rondônia e 2,8 milhões de hectares em Mato Grosso. Contudo, nem todas as terras em que as comunidades indígenas estão presentes foram declaradas terras indígenas, e as que foram, quando muito um terço (1,7 milhões de hectares), precisariam de uma demarcação imediata como fator essencial para sua proteção. Esse raciocínio foi obedecido pelos estudos do Banco Mundial, em sua versão de agosto último.

No vale do Guaporé, os Nambikwara já controlaram quase 1 milhão de hectares de terras, possuindo hoje apenas seis pequenas reservas que totalizam menos de 200 mil hectares (dos quais menos de 60 mil hectares foram demarcados) espalhados entre fazendas de gado que ali se implantaram nos últimos 12 anos. E a nova BR-364 irá cortar o patrimônio desses índios.

Uma missão especial do Banco Mundial (?) visitou o Vale do Guaporé em setembro/outubro de 1980 e reviu com o governo suas descobertas e as recomendações específicas no que diz respeito às atividades da Funai na área. O órgão, para quem não sabe, tentou sem êxito remover alguns desses grupos (os Nambikwara possuem 10) do seu território tradicional, para outras áreas distintas.

INCÓGNITA

Sem prestar contas das atividades na região, até porque a alta cúpula do órgão não se dá a esse compromisso público, a Funai teria recebido Cr\$ 12 milhões e 600 mil para aplicar em demarcações na área abrangida pelo Polonoroeste, em 1980; esse dinheiro subiu para Cr\$ 92 milhões este ano, restando 61 milhões previstos para 1982, quando cessa a verba destinada a esse fim e continuam as aplicações noutros setores, como desenvolvimento econômico, educação e administração.

Por enquanto, tudo é incógnita nessa controvertida história do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho. Um documento do Banco Mundial assinala que a Funai, "a fim de minorar os efeitos adversos do atual desenvolvimento na população indígena local, está encarregada de executar um projeto especial, especificamente, endereçado às necessidades dessas comunidades indígenas". E o Polonoroeste está garantindo recursos financeiros e humanos para suplementar o atual quadro de funcionários e o seu orçamento - um autêntico "projeto especial", como definem os técnicos do BIRD.

Mas o documento chega a reconhecer, num de seus tópicos, que os povos indígenas, do Guaporé estão à míngua. Por isso mesmo argumenta: "A migração e a colonização nas áreas fronteiriças ao Noroeste invalidaram os esforços feitos no sentido de proteger e assegurar o bem estar das comunidades indígenas.

Essa proteção é essencial para assegurar a subsistência dessas comunidades, enquanto se adaptam ao chamado mundo moderno; assim como as proteger do choque provocado pelo contato inicial".

Ainda sobre a demarcação das terras indígenas, o Banco Mundial é claro ao observar que os 3.941 quilômetros de demarcação perimetral em 1982, afetariam aproximadamente 2,5 milhões de hectares de terras indígenas. Essas áreas, assim como todas as que foram previamente demarcadas, estão para ser regularizadas através de inscrição no Serviço de Patrimônio da União, também no próximo ano.

Contudo, o fundo de capital atrasou a já lenta abertura de 1.321 quilômetros de demarcação programada para o ano passado. Todas as medidas do projeto especial, porém, terão que requerer novos esforços se quiserem ser completadas em tempo. O custo de preços em maio de 1980, para demarcação e regularização, orçou em Cr\$ 165,5 milhões (3,2 milhões de dólares).

Essa estimativa pode elevar-se desde que novos requerimentos de demarcação fossem identificados. Os custos correspondentes seriam fornecidos pelo orçamento da Funai.

A essa altura é de se indagar: em que pé andam as propala-das demarcações financiadas em dólares? Qual o saldo do trabalho até agora realizado, na região onde o governo Médico patrocinou a maior distribuição de certidões negativas de que se tem notícia na história da Funai?



O sofrimento dos Nambikuara do Km 743 da BR 364. Foto Ana Lange.

Banco demonstra apoiar Autodeterminação

O Banco Mundial demonstra que é mais progressista que o Governo brasileiro em relação ao problema da Autodeterminação dos povos indígenas. O documento da BM afirma ser importante a preservação dos costumes tribais e da autonomia do grupo; quer respeitar a Autodeterminação das Nações indígenas, tomando medidas para que os indígenas possam dirigir eles mesmos as relações estabelecidas com a sociedade envolvente. Para que essa política seja possível, as condições seguintes são indispensáveis:

a) — Os governos e as organizações internacionais devem apoiar os direitos à terra utilizada ou ocupada pelas populações tribais, assim como os direitos a sua identidade étnica e autonomia cultural.

b) Proteção deve ser dada à tribo para torná-la capaz de lidar com influências externas inoportunas na sua própria terra, até a tribo se adaptar satisfatoriamente.

c) Nem a nação nem os vizinhos não tribais deveriam competir com a sociedade tribal no uso dos recursos de sua terra.

O Banco deveria adotar essa política quando convir (sic), porque a sua intenção é assistir essas sociedades cercadas. É como o lobo mal disfarçado de bondosa ovelha. As declarações de princípios soam bonitas mas ficam vazias quando se sabe que não são levadas à prática.

Os estrategistas do BM não se cansam de dar conselhos aos governos visando garantir a sobrevivência física das populações tribais e favorecer a liberdade de escolha cultural. A consciência capitalista acha preferível manter os índios vivos mas trabalhando para o progresso do país nas fazendas invasoras, nas terras cercadas de arame farpado. Tudo isso deve ser conseguido com o consentimento do grupo e, para não perder a sua identidade, a cultura indígena deve ser preservada.

As recomendações do BM são as seguintes: as populações tribais sejam reconhecidas como componentes de uma sociedade nacional etnicamente pluralista; como tais, essas minorias étnicas mantenham o seu modo de viver tradicional, modificado de acordo com as escolhas da própria população tribal; o sistema econômico tribal evolua progressivamente de um sistema de subsistência a um sistema de produção mais rendoso, lucrativo (isto é, que se submetam ao capitalismo)

SUGESTÕES OPERACIONAIS

Depois dessa arquitetura lógica para justificar os "projetos de desenvolvimento" que o Banco Mundial financia em áreas indígenas, vem mais sugestões operacionais para facilitar o trabalho. São elas:

Identificar os grupos indígenas situados em área de eventual projeto de desenvolvimento.

Delimitar e demarcar o território indígena antes da preparação do projeto.

Estudo aprofundado do possível impacto do projeto sobre as populações tribais.

Avaliar os riscos de interferência do projeto sobre os grupos tribais e os riscos de interferência ou resistência que os povos indígenas oferecerão ao projeto.

Em relação aos Nambikuara pôde-se afirmar com certa segurança que apenas o primeiro item foi plenamente cumprido. Os outros, se foram estudados não se cogitou de cumprí-los. Apesar de tudo, o Ministro Mário Andreazza do Interior fez uma declaração de amor aos povos indígenas em seu discurso de posse do novo coronel-presidente da Funai. Como se pode "respeitar a pessoa do índio, sua cultura, valores e tradições" se na prática se faz exatamente o contrário? Palavras ao vento que se tornam mentiras evidentes na boca de quem fala.

Data: mar 81

Fonte: Revista

Class: 285

Pg: 07